

PARA UMA VISÃO DIACRÔNICA DA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS: DERIVAÇÃO SINTÁTICA E TIPOLOGIA¹

Cristiane NAMIUTI-TEMPONP

Resumo: Neste artigo, por meio da comparação com outras línguas (e.g. Servo Croata e Búlgaro), pretendemos mostrar que o ‘*não*’ e o ‘*verbo*’ sempre ocorrem amalgamados em português e, também, explicar por que motivo a negação nunca encadeou a interpolação de XPs como os demais advérbios proclisados, mas foi o elemento que mais ocorreu interpolado na história da língua. A argumentação que trilharemos aqui corrobora a hipótese delineada em Namiuti (2006) de que não houve qualquer mudança relacionada diretamente com o operador de negação sentencial – *não* – na História do Português.

Palavras-chave: Sintaxe, Negação, Diacronia.

Abstract: *In this article, through a comparison with other languages (e.g. Serbo Croatian and Bulgarian), we intend to show that no and verb always occur amalgamed in portuguese, and we also intend to explain why negation was never been a context of XPs' interpolation, otherwise the others proclitic adverbals, but it was the greater interpolated element. The argumentation that we bring here corroborete Namiuti (2006)'s hypotesis that there wasn't any change about negation operator – 'não' - on the History of Portuguese.*

Keywords: *Syntax, Negation, Diachrony.*

1 INTRODUÇÃO

Línguas como o Servo Croata, que possuem o marcador de negação sentencial como *clítico verbal* e pronomes clíticos sensíveis à primeira posição da frase, mas que podem ocorrer linearmente não adjacente ao verbo, além de produzirem a ordem da ênclise em orações negativas (**neg-V-cl**), a ordem da próclise com adjacência

¹ Este artigo apresenta uma parte do trabalho de qualificação de área, orientado pela Professora Dra Sonia Cyrino em 2006 – “A negação sentencial em português: uma visão diacrônica” – (requisito parcial para o doutoramento em linguística no Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/UNICAMP, doutorado financiado pela FAPESP).

² Doutora em linguística (2008) pela Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP) sob a orientação da Professora Dra. Charlotte Galves, com financiamento FAPESP. Email: cristianenamiuti@gmail.com.

- ‘**neg-cl-V**’ - é agramatical, sendo a interpolação da negação a única solução para o clítico pré-verbal (‘**cl-neg-V**’). Já línguas como o Búlgaro, que têm a negação independente da morfologia do verbo e o clítico dependente do verbo, possuem a derivação contrária – agramaticalidade de ‘**neg-V-cl**’ e gramaticalidade de ‘**neg-cl-V**’, sendo esta última a única ordem possível nas orações negativas, uma vez que o clítico pronominal em Búlgaro depende da morfologia do verbo e a ele deve estar adjacente. (Cf. Rivero, 1997).

Nadiacronia do Português atesta-se estruturas superficialmente compatíveis com a descrição que mencionamos do Servo Croata, como a interpolação da negação entre o clítico e o verbo (‘**cl-neg-V**’), e outras compatíveis com o Búlgaro, com a adjacência entre negação e verbo interrompida por um pronome clítico (‘**neg-cl-V**’).

A hipótese que Martins (1994; 1997) configura é que as gramáticas que admitem a interpolação da negação entre o pronome clítico e o verbo exibem um padrão clítico para “neg” (uma forma fraca da negação - ‘morfema projetado do léxico’ associado ao verbo), já as gramáticas que não admitem a interpolação de “não” tem a negação como um núcleo independente (gerado em Σ -Neg^o) e a próclise é sempre derivada. E, sendo a interpolação da negação quase categórica nos textos portugueses antigos, Martins conclui que a gramática em que o ‘não’ é um morfema verbal é a mais antiga. A gramática inovadora terá resultado da reanálise do morfema ‘não’ como núcleo lexical de Σ -Neg^o. Assim, as soluções para dar conta da particular sintaxe dos clíticos nos domínios negativos giram em torno de se postular duas entradas lexicais **diacrônicas** para NEG, uma clítica (a mais antiga) e a outra, não (inovadora em relação à antiga). De acordo com Martins (1994), estas duas formas teriam convivido no português em uma prolongada diglossia (desde o século XIII), o português europeu moderno (doravante PE) teria a segunda forma uma vez que a ordem ‘clnegV’ é obsoleta no PE padrão.

Porém, análises que prevêem a competição de duas entradas lexicais para derivar a variação das ordens ‘**cl-(X)-neg-V**’ ~ ‘**(X)-neg-cl-V**’ nos textos portugueses podem correr o risco de

prever possibilidades de ordenação jamais atestadas na história da escrita portuguesa (como ‘*neg-V-cl*’ com *neg* clítico e *cl* independente da morfologia do verbo, ‘*neg-X-cl-V*’ com *neg* independente da morfologia do verbo, ou ainda ‘*neg-cl-X-V*’ com *neg* e *cl* independentes da morfologia do verbo), e também à agramaticalidade da ordem ‘**neg-cl-V*’ quando temos um *neg* clítico e um *cl* independente, porém, esta ordem superficial – ‘**negclV**’ – é atestada em todas as fases do português.

- (1) “O Pedro **não me** entregou o dinheiro”.

No entanto, mais produtiva no *português arcaico* (período anterior ao século XVI) foi ‘**C-cl(X)negV**’³:

- (2) “e certo que **se lhe ElRei não** mandára sucessor” (Couto, 1548).⁴

Já no período “mediador” entre o português arcaico e o português atual, designado aqui de português médio (finais do século XV aos limites do século XVIII), encontram-se atestadas as seguintes ordenações ‘**(C)-(X)-clnegV**’:

- (3) “que até o Prior dos Agostinhos , seu Confessor , **o não** pôde sofrer”. (Couto, 1548)
- (4) “E , pelo ElRei Dom João o III querer casar, e êle não querer, **lhe não** deram satisfação de seus serviços..” (Couto, 1548).

E, uma vez que os textos históricos atestam a inseparabilidade de *neg* e *verbo* evidenciada pela inexistência absoluta de interventores diferentes do pronome clítico entre *neg-V* (**neg-cl*-X-V), nossa proposta será derivar as variações nas ordenações conflitantes ‘*cl-neg-V*’ vs ‘*neg-cl-V*’, encontradas nos textos portugueses em todas as fases, de duas constantes. A primeira, responsável pela variação dentro dos textos, é o fato de tanto o pronome quanto a negação sempre terem sido verdadeiros clíticos no sentido de serem elementos dependentes e nucleares (X°).

³ Parênteses indicam a opcionalidade.

⁴ Dados de Namiuti (2008a) - Corpus Tycho Brahe: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/-tycho/corpus>

Assim, a variação ‘**clnegV**’ ~ ‘**negclV**’ é possível por ‘neg’ e ‘cl’ serem X°. Várias propriedades vão enquadrá-los nesta categoria nuclear, como veremos nas seções a seguir. A segunda, responsável pela variação histórica encontrada nos textos, é que ao contrário da negação que é um clítico fixo, pois sempre ocupou a *mesma* posição na estrutura, os pronomes são clíticos que se movem. A hipótese que se configura é que estes pronomes podiam, sob certas condições, se mover para um núcleo mais alto do que aquele que hospeda a negação e o verbo na estrutura da oração, o que derivaria a ordem ‘**Comp-cl-X-neg-V**’ no *português antigo*. (cf. Namiuti, 2008a).

Na seção que se segue apresentaremos a relação tipológica entre operador de negação e pronomes clíticos no Servo Croata e Búlgaro para fundamentarmos nossa reflexão sobre o estatuto da negação e dos clíticos na diacronia do Português. Nas seções 3 e 4, traremos uma rápida apresentação sobre tipologia de pronomes e o caso do português e espanhol antigos. E, finalmente, na seção 5 concluiremos o artigo.

2 A NEGAÇÃO SENTENCIAL NOS DIFERENTES SISTEMAS TIPOLÓGICOS DE CLÍTICOS: O SERVO CROATA, O BÚLGARO E O PORTUGUÊS

Rivero (1997), dentro da teoria gerativa, argumenta que a gramática universal (GU) disponibiliza na estrutura da oração duas projeções funcionais responsáveis pelo posicionamento dos pronomes clíticos: uma posição orientada pelo complementizador (C°), c-orientada, e outra orientada pelo verbo (I°), i-orientada. Portanto, os clíticos podem ser lexicalmente relacionados (L-relacionados) com o verbo ou relacionados com o complementizador, fato que explica serem os clíticos das línguas i-orientadas dependentes do verbo e integrados a ele, enquanto que os clíticos das línguas c-orientadas não.

O Búlgaro, por exemplo, é uma língua que, segundo a análise de Rivero, tem um sistema i-orientado para os clíticos que obedece às restrições da lei Tobler-Mussafia (doravante T-M), lei que impede que um pronome átono apareça em primeira posição. Em Búlgaro, o clítico está sempre dentro dos domínios de IP,

tanto em orações raízes quanto em orações encaixadas, portanto, sempre adjacente ao verbo, ora antecedendo-o (clV) nas orações encaixadas e negativas, ora seguindo-o (#Vcl) nas orações raízes afirmativas V1 (quando o verbo aparece em primeira posição).

(5) a) cêtes ja.
Lê -lo

b) *ja cêtes.

(Rivero 1994:106)

(6) a) ne ja cêtes.
Não o lê.

b) *ne cêtes ja.

(Rivero 1994:106)

(7) a) Ako toj burzo go napravi,
Se ele rápido o fizer,

b) *Ako go toj burzo napravi

(Rivero 1997:173)

As sentenças com o clítico inicial são agramaticais em Búlgaro por não satisfazerem às restrições de T-M:

(8) *[IP CL [I Vi] [VP ti]]⁵.

As frases com ênclise em Búlgaro indicam, para Rivero, que o verbo move-se para fora de IP (para CP) e se torna o licenciador morfológico para o clítico, uma vez que o IP é agora o domínio interno de CP:

(9) [CP C' [C Vi] [IP CL [I ti] [VP ti]]]

Em Búlgaro, a interpolação de elementos entre o clítico e o verbo não é uma opção gramatical; há dependência absoluta do clítico em relação ao verbo. No entanto, Rivero (1997) argumenta que, em fases mais antigas, a língua permitia a não adjacência entre o clítico e o verbo. Desta maneira, o Búlgaro teria origem

⁵ Rivero (1997) apresenta uma reinterpretação sintática da lei fonológica de Tobler & Mussafia.

em um sistema c-orientado para os clíticos que, na sua história, foi reanalisado como um sistema i-orientado.

O Servo Croata, por sua vez, ao contrário do Búlgaro, tem um sistema c-orientado para os clíticos. Portanto, com independência morfológica do verbo e com as propriedades Wackernagel (CL2). Segundo Rivero, em Servo Croata, o clítico ocupa sempre a segunda posição na frase independentemente do tipo de oração.

(10) a) citate **je**

ler<pres, 2p, pl> lo

“Estão lendo-o”

b) ***je** citate

(11) a) ne citate **je**

ler<pres, 2p, pl> lo

“não estão lendo-o”

b) *ne **je** citate

(12) Ivan kaze, da **nam** Olga nesto dovikuje.

Ivan diz, que nos Olga alguma coisa fala.

“Ivan diz, que Olga nos fala alguma coisa”.

(13) citajte **je!**

ler<IMP, 2p, pl> lo

“Lêem-no!”

(14) citate li **je?**

ler<pres, 2p, pl> Qu lo

“Estão lendo-o?”

(Rivero, 1994:109-111)

O pequeno paradigma acima é suficiente para se perceber que, em Servo Croata, a ênclise pode ser atestada em sentenças afirmativas, negativas e interrogativas. Nas subordinadas, atesta-se a adjacência C° e CL. Estes são fatos que comprovam a hipótese de que o clítico no Servo Croata ocupa a segunda posição independente do tipo de oração.

Focalizando os domínios negativos, em Búlgaro o verbo segue o clítico nas orações negativas – ‘neg-cl-V’ – e esta é a *única* ordem gramatical. Segundo Rivero, NEGP toma IP como complemento, propiciando uma configuração que satisfaz os requerimentos morfológicos do clítico:

(15) [NegP Neg [IP CL [I Vi] [VP ti]]]

Tendo o Búlgaro um sistema I-orientado que *obedece às restrições de T-M*, esta configuração, segundo Rivero, indica o caráter independente da negação em relação ao verbo. Já em Servo Croata, pelo contrário, os clíticos ou seguem o complexo neg+verbo (neg-V-cl), ou o precedem (cl-neg-V). Tendo o Servo Croata um sistema c-orientado, de acordo com a análise de Rivero, o fato da ordem ‘neg-cl-V’ não ser possível corrobora tanto a hipótese do clítico independente quanto a hipótese de que Neg, nesta língua, está mais estreitamente relacionado com o verbo. Uma vez que as únicas ordens gramaticais em Servo Croata são ‘X-cl-neg-V’ e ‘neg-V-cl’, sendo a ordem ‘neg-cl-V’ agramatical, temos um indício forte de que, em Servo Croata, ‘Neg’ e ‘V’ formam um complexo.

Em Português, por sua vez, também temos fortes indícios de que ‘Neg’ e ‘V’ formam um complexo, apesar dos pronomes *acusativos, dativos* e o *‘se’* poderem intervir entre ‘Neg’ e ‘V’:

De acordo com Martins (1994), o fenômeno da interpolação entre o clítico e o verbo, comum no português antigo (doravante PA), só ocorre nos domínios de próclise categórica. Porém, a negação, apesar de sempre ter condicionado a próclise verbal, jamais foi capaz de sustentar a interpolação de outros constituintes. Ou seja, a posição dos clíticos em orações principais negativas sem a presença de outro operador é sempre pré-verbal e necessariamente adjacente ao verbo desde o PA - ‘neg-cl-V’.

Neste sentido, ‘não’ é diferente dos demais advérbios proclisadores, pois estes podiam condicionar a interpolação de outros constituintes entre o clítico e o verbo. A ordem “advérbio-cl-X-V” era possível no PA, enquanto que “*NEG-cl-X-V” nunca foi atestada.

(16) “E ja me assi nom enganareis” (Eijk, 1989:59 apud Martins, 1994:184).

(17) “*E *nom me* assi enganareis”

Um segundo fato que contribui para acentuar esta diferença entre ‘*não*’ e os advérbios é que o operador de negação, além de não contextualizar a interpolação de outros constituintes, é ele próprio o elemento que mais foi interpolado entre o clítico e o verbo - nos textos mais antigos, a interpolação da negação chega a quase 100% nas orações encaixadas - estreitando ainda mais a relação NEG e V.

(18) “que *me* nom n-ebam (NO, 1268)” (Martins, 1994:162).

Tabela 1: Interpolação de ‘*não*’ (Martins 1994:193)

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI
Interpolação atualizada	16/17 (94,1%)	30/31 (96,8%)	13/14 (90,7%)	18/20 (90%)
Clítico adjacente ao verbo em contextos de potencial interpolação	1/17 (5,9%)	1/31 (3,2%)	1/14 (9,3%)	2/20 (10%)

Nenhum outro elemento, mesmo outros advérbios ou o sujeito, foi tão categoricamente interpolado no PA.

Segundo Martins (1994) e também Namiuti (2008a), diferentemente da interpolação de outros constituintes, a interpolação do ‘*não*’ entre o clítico e o verbo pode ocorrer em contextos não-categoricos da próclise:

(19) “e durante ho tempo das ditas tres vidas **lho** *nom* possam tolher (NO, 1496)” (Martins, 1994:189)

(20) “Essa é muito larga (disse o Prior) e são passadas muitas horas da noite ; e eu **me não** escusara com elas se não imaginara que tôdas as verdades , que caiem sôbre êste sujeito , hão-de parecer murmuração . (CTB: Lobo-1579)” (Namiuti, 2008a:144)

Propomos que esta estável inseparabilidade do ‘não e do verbo’ e a posição relativa dos clíticos nas orações negativas advém do carácter de verdadeiros clíticos (X^o) da negação e do pronome. E, para fundamentar nossa proposta apresentaremos rapidamente, na próxima seção, a tipologia dos pronomes.

3 UMA RÁPIDA TIPOLOGIA DOS PRONOMES

Cardinaletti & Roberts (1991) argumentam que as línguas românicas antigas, assim como algumas línguas germânicas modernas (ex. o Alemão, o Hôlandes, o Islandês), tinham o pronome objeto clítico na segunda posição estrutural da sentença. Este tipo de pronome clítico ficou conhecido na literatura como *clítico 2* (CL2) e seu estatuto sintagmático seria de XP⁶. Ribeiro (1995), seguindo a análise de Cardinaletti e Roberts, procura captar o fato de que o sistema linguístico para a colocação de clíticos no português arcaico tolera elementos clíticos que ocorrem em uma posição claramente independente da morfologia verbal e assume as conclusões dos autores de que uma língua que observa restrições à primeira posição (efeito da lei de Tobler-Mussafia⁷) tem uma posição independente para clíticos, a posição-Wackernagel⁸. A autora argumenta que além das propriedades de CL2 como o fenômeno da interpolação, o PA tinha também

⁶ Seguindo a teoria da gramática gerativa que divide os elementos de uma língua em categorias sintagmáticas e categorias nucleares, análises como as de Cardinaletti e Roberts (1991), Ribeiro (1995), Ribeiro (1994-1997), e Fontana (1996), os pronomes tônicos, assim como os sintagmas nominais, pertencem à categoria sintagmática, ou seja, representam um XP; já os pronomes clíticos (átonos) podem representar um XP no caso dos clíticos apenas fonológicos, ou um núcleo X^o no caso de clíticos sintáticos que se afixam ao verbo na sintaxe.

⁷ No século XIX dois estudiosos, Tobler e Mussafia, observaram que os clíticos pronominais de algumas línguas românicas jamais apareciam em primeira posição. Desde então, a restrição do clítico à primeira posição ficou conhecida como “lei de Tobler&Mussafia”.

⁸ Wackernagel, filologista do século XIX, foi o primeiro a descrever em detalhes o fenômeno do clítico em segunda posição das línguas Indo-europeias. As línguas que exibem esta 2a. posição especial para clíticos são conhecidas na literatura como seguidoras da lei de Wackernagel.

algumas características de língua V2, a ordem VS, por exemplo, perdidas nas fases mais tardias/modernas desta língua.

As línguas como o PA que, segundo Cardinaletti e Roberts (1991) e Ribeiro (1995), exibiam um padrão V2 e CL2 tinham o verbo e o clítico competindo pela segunda posição. Esta seria a razão pela qual nestas línguas o fenômeno da interpolação é mais restrito e a vizinhança entre o clítico e o verbo é mais estreita. Esta vizinhança estreita entre o clítico e o verbo seria o ponto de partida para a reanálise CL2 – clítico verbal (XP – X^o), alterando assim a natureza tipológica do clítico e a sua colocação na frase.

Já para Martins (2002), em toda a história do português e do espanhol os pronomes clíticos são verdadeiros clíticos verbais, ou seja, projeções mínimas (X^o). A razão pela qual Martins decide rejeitar as hipóteses do PA como língua V2 e CL2 consiste no fato de haver uma diferença notória, no plano empírico, entre as línguas que tipicamente exibem CL2 e línguas como o português e o espanhol. Nas primeiras, os clíticos ocorrem na segunda posição linear, independentemente do tipo de constituinte frásico que os precede e da posição do verbo na frase. No português e espanhol antigos, segundo Martins, manifesta-se uma acentuada dependência entre o clítico e o verbo, os quais só de forma bem restrita e em contextos particulares podem ocorrer não adjacentes.

Martins argumenta mais em favor da sua proposta da natureza nuclear dos pronomes complementos acusativos, dativos e “se” no português e espanhol antigos, apontando o fato de que nestas línguas os pronomes oblíquos “en(de)” e “hi” comportarem-se de maneira diferente dos pronomes acusativos, dativos e “se”, apesar de serem todos pronomes deficientes (na terminologia de Cardinaletti e Starke, 1999).

Segundo Cardinaletti e Starke (1999), a clássica divisão bipartida das classes pronominais que apenas opunha pronomes tônicos (fortes) de pronomes átonos (clíticos) não dá conta de descrever o comportamento e as propriedades dos pronomes nas línguas, pois existem pronomes que apesar de se comportarem como sintagmas (DPs ou NPs), como os pronomes tônicos (fortes), também exibem propriedades de clíticos, como

por exemplo, o pronome italiano *esse* (3ª pessoa nominativo feminino), que mesmo com traço de + humano não pode aparecer em construção de coordenação como o pronome *loro* (também 3ª pessoa nominativo feminino), por exemplo:

(22) *Esse* (*e aquele accanto) sono troppo alte.

(23) *Loro* (e aquele accanto) sono troppo alte.

Em contrapartida, ‘esse’ não pode ser um clítico, pois não é prosodicamente dependente. Portanto, os autores concluem que deve haver uma terceira classe de pronomes a qual chamaram “pronomes fracos”.

Quanto às distintas propriedades semânticas, sintáticas e prosódicas das três formas pronominais (o pronome forte, o pronome fraco e o clítico), Cardinaletti e Starke (1999) propõem que decorrem de: a) a natureza estruturalmente deficiente dos pronomes fracos e clíticos face aos pronomes fortes e tônicos – estando em causa o nível sublexical da estrutura sintática; b) o fato dos pronomes clíticos serem núcleos (X⁰), enquanto as restantes formas pronominais são projeções máximas; c) os clíticos, por oposição às restantes formas pronominais, carecerem de acento de palavra, sendo, portanto, prosodicamente dependentes.

Do caráter estruturalmente deficiente dos pronomes fracos e clíticos decorrem ainda três tipos de limitação que os afetam: não podem introduzir novos referentes; não podem ser coordenados, não podem ser modificados.

Martins argumenta que tanto os pronomes dativos, acusativos e “se” do PA quanto os pronomes “i” e “en(de)” apresentam as seguintes propriedades comprovando sua natureza deficiente:

1. Em orações subordinadas os pronomes acusativos, dativos, e ‘se’ como clíticos nucleares sempre ocorrem proclíticos ao verbo enquanto “en(de)” e “i” variam sua posição. Tal como os pronomes fortes, podem ocorrer quer em posição pré-verbal, quer em posição pós-verbal.

- (23) “como nesta carta se contem (Lx, 1532.)” (Martins, 2002: p.17)
- (24) Das quaes coussas o dito (...) Martim dominguiz queixada pediu a mj-que lhy desse ende hu~u testemoyo (Lx, 1294) (Martins, 2002: p. 4)
- (25) E ffaço o Abade dô me~e~do testamenteyro desta mj-a máda que page mj-a máda e Todas mj-as diuidas per Todo meu Auer quanto mj ende Achar tâbe~ pelo mouil como pela Rayz (NO, 1275) (Muidine, 2000) (Martins, 2002: p. 5)
- (26) E uos |a|yades a dyta ujnha (...) e que ffacadess y Algo pêra uoss e pera noss (Lx, 1294) (Martins, 2002: p. 4)

2. Somente os pronomes clíticos X° podem ocorrer entre a negação e o verbo. Os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ sempre puderam ocorrer entre a negação e o verbo em português e espanhol enquanto “en(de)” e “i” não. Como atesta Muidine (2000), diferentemente do que acontece com os clíticos, a negação não influencia a colocação dos pronomes “hy” e “en(de)”; estes nunca podem ocorrer entre a negação e o verbo, ou seguem o complexo ‘neg-V’ ou o precedem. Tais pronomes têm colocação pós-verbal nas orações não dependentes “neutras” negativas – ‘*neg-V-hy|ende*’. Nos contextos de próclise obrigatória (orações subordinadas ou matrizes introduzidas por operador proclisador), o ‘*não*’ se encontra sempre adjacente ao verbo, o pronome fraco ou precede o complexo ‘neg-V’ – ‘*hy|ende-neg-V*’ – ou o segue – ‘*neg-V-hy|en(de)*’

- (27) temendo que aquelles passos que hauia dado a virtude, *não os* fisesse desandar a vangloria; tinha-a por huma, e fazia crer a desestimava por outra. (Céu, 1658) (Namiuti, 2008: p.45)
- (28) “... *n~e* fizeram **ende** *n~uqa* áá Séé do portu treuudo nh~enhúúm” (NO, 1285) (Muidine, 2000: p.43)
- (29) “...e por dizimas que **hy** *nó* pagei compridamente como deura. ...” (NO 1317) (Muidine, 2000: p.179)

- (30) “Que n-eh-uu cavalejro n-e outro hom-e nõ aia maladia en coutos dos Moesteiros n-e das Egreias. se **hi** nõ ouuerem Quintáa ou herdade dauo-ega (NO, séc. XII-XIV) (Muidine, 2000: p. 156)
- (31) “E dem e pagem de fforo E penssom da dicta vinha E da dicta cassa E do dicto oliuall sseçentos E quarenta Reaes brancos E quatro galinhas Em cada h-uu ano ssaluo deste primeiro ano que nõm pagarom mais de duz-etos Reaes E h-uu par de galinhas porquanto **hji** nõ há noujdade no dicto oliuall ffazendo lhe pagam-eto de todo (Lx, 1466) (Muidine, 2000: p.517)
- (32) “(...) en represas (...) e deziã por sy e por o Conu-ento a esse Juiz que nõ desse **hj** sentença que contra eles fosse n-e sobre o sseu herdamento ca n-uca esta demãda fforõ n-e seu procurador e cousa que hj fosse feyta ou procurada que lhis nõ enpeeçesse ca ó contradizia moy b-e (NO, 1310) (Muidine, 2000: p.170)”

3. Verdadeiros clíticos não podem ocorrer afastados do verbo em estrutura com ênclise. É o que se atesta para os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ e não é o que se atesta com “en(de)” e “i”:

- (33) “... E filaru li illos inde VI casales.... (Notícia de Torto, séc. XII-XIII)” (Martins, 2002: p. 6).

4. Clíticos X° podem ocorrer em mesóclise. Os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ no português e espanhol antigos podem ocorrer em mesóclise (entre o verbo e seu afixo no futuro do condicional), já “en(de)” e “i” não ocorrem em mesóclises.

- (34) E enton dar-**lh**'-ia Deus lume de seus olhos
(Martins, 2002: p.12)

- (35) e gram nojo receberias **ende** (Martins, 2002: p.13)

5. “en(de)” e “i” não seguem a lei “Tobler-Mussafia” para os clíticos, os outros sim.

- (36) Buscó algún lugar de gran religión: – **I** sóvo escondido
faciendo oración (Martins, 2002: p.13)

6. Quando ocorre mais de um clítico eles se agrupam, o que podemos evidenciar com os pronomes acusativos, dativos e ‘se’, mas não com “en(de)” e “i”:

- (37) “... - Señor por qué **me lo** non dices?... (Calilae Dimna)”
(Martins, 2002: p.8)

- (38) “... e ele **se** maravilhou **ende** muito (Diálogos de São Gregório)” (Martins, 2002: p.8)

Desta maneira, Martins conclui que os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ em PA têm o comportamento de um clítico, segundo a terminologia de Cardinaletti e Starke (1999), e representam um núcleo e não um sintagma, e por isso devem se comportar e se mover como núcleos.

A argumentação de Martins de que os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ são verdadeiros clíticos (X^0) e não pronomes *fracos* (XP), é bastante convincente, pois traz evidências empíricas fortes. Veremos, no entanto, na seção que se segue, que a “dependência” entre o clítico e o verbo para Martins é relativa uma vez que, sob certas condições, o pronome clítico pode não estar linearmente adjacente ao verbo, como nos casos com interpolação de XPs no português e espanhol antigos.

4 O CASO DO PORTUGUÊS E DO ESPANHOL ANTIGOS SEGUNDO MARTINS (1994, 1997)

A interpolação de XPs é derivada no Português e Espanhol Antigos e bastante frequente nas orações subordinadas. Porém, a relação da estrutura sintagmática XP e X^0 com o comportamento do clítico, relacionado à segunda posição e independente da morfologia verbal no primeiro caso e dependente da morfologia do verbo no segundo, não é necessária e pode ser facilmente dissociada, pois há hipóteses de línguas em que o clítico está ligado a um núcleo mais alto do que as projeções da morfologia verbal

(resumidamente ‘IP’)⁹. Martins (1994), por exemplo, propõe que a colocação dos clíticos nas línguas românicas depende da natureza da categoria funcional Σ , situada na estrutura frásica entre CP e AgrSP: morfologicamente “forte” ou “fraca”; e com ou sem conteúdo lexical. E argumenta em favor desta hipótese mostrando que a ênclise em orações não dependentes, a existência de construções de VP nulo e a opção por certo padrão de resposta afirmativa (mínima) a interrogativas totais (“tens visto o João? Tenho/#Sim”) são fenômenos associados entre si, manifestados apenas nas línguas em que Σ tem traços-V fortes. Segundo a autora, no PE, a existência de traços verbais fortes em Σ condiciona o movimento do verbo para Σ para a verificação de traços. Em algumas instâncias, este movimento se dá antes do “Spell-Out” obtendo assim a ordem verbo-clítico; em outras instâncias, este movimento é adiado até LF (Logical Form) ocasionando a ordem clítico-verbo - o clítico, estando invariavelmente em AgrS.

(39) O António Viu-**o** ontem

(40) [Σ P O Antónioj [Σ ' [Σ viui Σ [AgrSP tj [AgrS' [AgrS **o** [AgrS ti]]]]]]] (Martins, 2002:12)

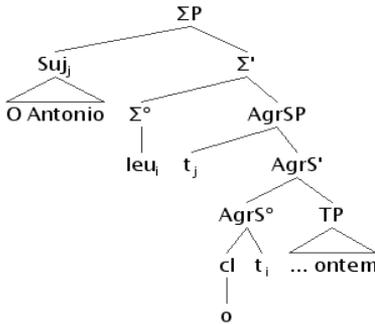
Martins ainda assume, seguindo Kayne (1991, 1993), que os clíticos são núcleos que se movem de sua posição de base para uma posição de adjunção à esquerda de um núcleo de tipo flexional disponível, não existindo uma posição funcional especial

⁹ A teoria da gramática gerativa, adotando a representação X', além das projeções lexicais propõe que o “dicionário mental” contém também projeções funcionais. Os núcleos funcionais têm função eminentemente gramatical, a flexão verbal, por exemplo, constitui uma categoria funcional. A teoria convencionou chamar de IP (sigla vinda do inglês para “sintagma flexional” - inflection phrase) o sintagma da flexão verbal, INFL^o ou I^o é o núcleo da flexão verbal, ou seja, da concordância. As análises dentro da perspectiva atual da teoria optaram por dividir o nódulo da flexão verbal - IP - em tempo e concordância - respectivamente TP (tense phrase) e AgrP (agreement phrase). A relação de dominância entre estas categorias foi bastante discutida (ex: Chomsky 1993, Pollock 1989, Laka 1990, Ouhalla 1990, Iatridou 1990, Belletti 1990, Zanutti 1991, entre muitos outros trabalhos). Não são raras análises que propõem duas projeções de Agr^o: uma para o sujeito (AgrSP), outra para o objeto (AgrOP). Além da flexão verbal, outra projeção funcional essencial na teoria é a projeção que traduz a subordinação - CP (complementizer phrase).

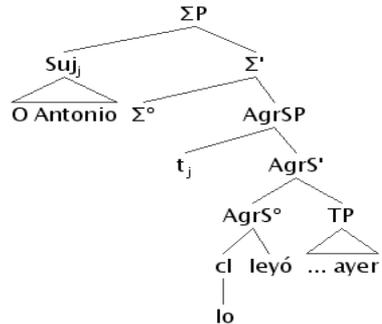
para clíticos. Assume também que TP é a fronteira que separa elementos não específicos de elementos específicos, os clíticos contêm um traço forte de especificidade que precisa ser verificado antes do “Spell-Out”, desencadeando assim o movimento do clítico para fora de TP na sintaxe visível. Um princípio de economia – opção pelo movimento mais curto – determina que os clíticos se adjunjam ao núcleo imediatamente exterior a TP, isto é, a AgrS.

Sendo AgrS a posição à esquerda da qual os clíticos se adjungem, ocorre próclise se o verbo não sobe além de AgrS. Se o verbo se move para Σ a ênclise é consequentemente derivada.

(41)



(42)



O PE e o PA diferem no que diz respeito à necessidade de adjacência ou não entre clítico e verbo nos contextos de próclise categórica. A interpolação de constituintes, produtiva no PA, torna-se obsoleta no PE.

- (41) “que diga que **lhj** eu Alguna cousa **diuia**” (NO, 1275)
(Martins, 1994: 541)

Martins (1997) propôs, tendo em conta as atuais línguas românicas, que em estruturas com próclise o clítico e o verbo estão ambos incorporados em AgrS. No entanto, nas frases com interpolação no PA não pode ser este o caso, visto que um ou mais elementos que são projeções máximas intervêm entre o clítico e o verbo. Assumindo que o verbo sobe para AgrS (sendo os traços-V

de AgrS invariavelmente fortes na história do português), Martins propõe que os clíticos em estruturas com interpolação estão incorporados em Σ . Para a autora, não pode estar incorporado em C, pois existe a possibilidade de ocorrer algum constituinte frásico entre o elemento C e o clítico.

- (43) “E sse pela u~etujra **uos** alg~e a dita v~ya **enbargar**” (Lx, 1296) (Martins, 1994:542)

O constituinte que intervém entre C° e o clítico pode ser um modificador frásico, um tópico ou um elemento em [Spec, FP].¹⁰

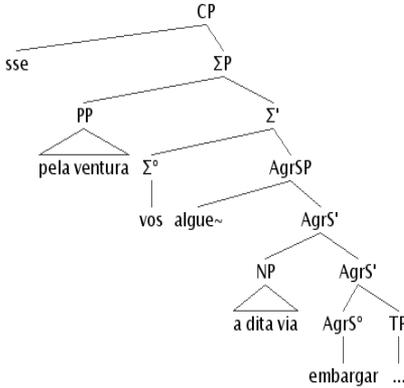
Martins considera que, dado que o clítico ocorre sempre à direita de C, admitir que ele estaria incorporado em C iria contra a generalização de Kayne (1993), segundo a qual só há adjunção à esquerda.

Então, de acordo com a proposta de Martins (1997) o português antigo difere do português europeu moderno no fato de o núcleo Σ acolher os clíticos.¹¹ Todavia, a interpolação é opcional no PA, o que para Martins é uma evidência de que há duas posições para o clítico, AgrS e Σ . No PE, pelo contrário, o clítico está necessariamente em AgrS. Ou seja, os clíticos podem compartilhar traços com um núcleo hospedeiro diferente de I° (no caso AgrS°) e ainda assim ser nuclear.

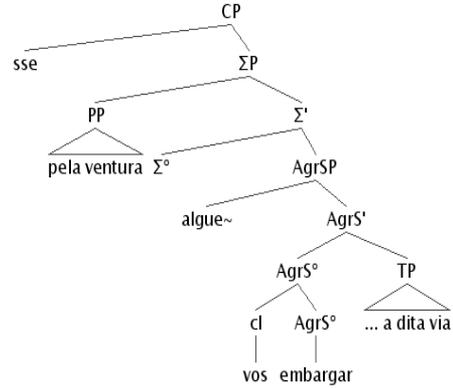
¹⁰ No entanto é importante ressaltar que essa esta ordem linear é marginal nos textos mais antigos sendo a grande maioria dos casos com a estrutura ‘sse pela ventura’, para uma reflexão detalhada remeto à Namiuti (2008).

¹¹ A questão a considerar é: porque podiam os clíticos mover-se para Σ no PA? De acordo com Martins (1994), os clíticos que se moviam para Σ transportariam, pois um traço de ênfase que precisava ser verificado nesse núcleo (ver Martins 1994:551). Com relação à perda do movimento do ‘clítico’ para ‘ Σ ’ no português pós-clássico Martins diz o seguinte: “Digamos que o movimento dos clíticos para AgrS é dado pela gramática universal, não precisando pois de ser aprendido (os clíticos tem universalmente um traço forte [+específico] que é verificado em AgrS). O movimento dos clíticos para ‘ Σ ’ pelo contrário estará sujeito a variação paramétrica; para atribuir ao parâmetro um valor positivo a criança deverá dispor de evidência de que a língua com que está confrontada os clíticos são potenciais marcadores de ênfase. O que aconteceu na história do português foi que essa evidência se tornou a certa altura tão frágil que levou a uma fixação negativa do valor do parâmetro” (Martins, 1994:553).

(44)



(45)



Também Rivero (1997) não traz, no artigo de 1997, a questão do estatuto sintagmático dos pronomes oblíquos para explicar as diferenças do seu comportamento nas línguas. Sua argumentação é centralizada no fato de que a gramática universal (GU) deve disponibilizar na estrutura da oração duas projeções funcionais responsáveis pelo direcionamento dos pronomes clíticos: uma posição orientada pelo complementizador (C°), c-orientada, e outra orientada por INFL (I°), i-orientada. A propriedade de ser c-orientado ou i-orientado derivaria as diferenças na sintaxe dos pronomes clíticos. Rivero ainda ressalva a possibilidade de haver línguas mistas; de acordo com a autora, os antigos romances, como o português e o espanhol, tinham um sistema misto para os clíticos. Os clíticos podiam estar relacionados ora com o verbo, ora com o complementizador. Vejamos os seguintes exemplos do espanhol antigo em que temos nas orações subordinadas tanto o clítico adjacente ao verbo quanto o fenômeno da interpolação:

- (46) “E si el mejor lo faze – dixo el rey -, em qué lo poderemos nos castigar?”
 (47) “Seméjame que vos tienen en estruchura, si Dios non vos ayuda”
 (48) “Si lo el rey por bien toviere, mándame queimar”
 (49) E grand derecho sería que me matases..., si me de ti non guardase.” (Rivero, 1997:171-172)

Rivero (1997) nota que o uso do sistema c-orientado para os clíticos no espanhol antigo (EA) se restringe às orações subordinadas. Em orações principais, o EA mostra uma preferência ao sistema i-orientado, pois se nota uma grande dependência do clítico em relação ao verbo nas orações raízes, nesse ambiente, na ausência de um operador, a interpolação nunca é registrada. O mesmo comportamento foi atestado no PA por Martins (1994) e a proposta de sistemas C-orientados e I-orientados para a ordenação dos clíticos na diacronia dessas línguas nos parece bastante interessante, sobretudo quando somamos a negação no quadro das variações de ordem.

Na proposta de Martins (1994), além da afirmação e a negação serem universalmente valores de Σ° , esta categoria também possui traços de subordinação (C°) e atua na derivação das sentenças interrogativas e subordinadas.

Lightfoot (1991:38-39) propõe a hipótese de que C° contenha informação relativa às propriedades de seleção do verbo que o subcategoriza. Tomando esta hipótese, Martins é levada a considerar que Σ está de algum modo representado em C° . E para comprovar a representação de Σ em C° , a autora chama a atenção para o fato de alguns verbos como *proibir* e *impedir* selecionarem complementos frásicos afirmativos, o que pode indicar que em orações subordinadas não só o verbo mas também o complementador possui traços de Σ (verbos como os mencionados acima selecionam um complementador associado a Σ -Af, outros, com propriedades de seleção menos restritivas, admitem quer um complementador associado a Σ -Af quer a Σ -Neg).

Deste modo, um dos fatores que depende o sucesso da derivação é a concordância entre os traços de Σ do verbo e do complementador (ambos com traços idênticos). A verificação dos traços do complementador deve ocorrer primeiro, pois, se ao contrário for (se o verbo verificar primeiro seus traços), o verbo após ter verificado seus traços não se moverá para além de Σ . Tal movimento violaria o princípio de economia *Avidex*, de acordo com o qual não há movimento a não ser em proveito próprio.

Por outro lado, os traços de Σ terão sido apagados no decorrer da operação de verificação dos traços do verbo. Assim, os traços do complementador ficarão por verificar.

Para que a operação de verificação dos traços do complementador ocorra primeiro é necessário que Σ° se mova para C° , processando-se em C° a verificação de traços do complementador. A motivação para o movimento do verbo manter-se-á intacta; o verbo, precisando verificar os seus traços, se moverá para Comp em LF, onde seus traços serão verificados por confronto com os traços do complementador que, por sua vez, haviam sido verificados por confronto com os traços contidos em Σ° . Além disso, de acordo com Martins, Σ° também pode ser instanciado como foco (F°).¹²

No artigo de Martins (2000), a autora denomina de **PolP** a posição funcional que chamou de **ΣP** em outros trabalhos. Os traços polares considerados por Martins (2000:204) são: “*aff(irmation)-features, neg(ation)-features and mod(ality)-features*” que correspondem às noções semânticas de ‘veracidade’ (veridicality), ‘averacidade’ (averidicality) e ‘não-veracidade’ (non-veridicality).

As interpretações diferentes associadas com os diferentes tipos de sentenças que definem a polaridade dependerão, segundo Martins, de um mapeamento particular entre aqueles traços mais os valores + (especificado), 0 (não especificado e invariável) e α (não especificado e variável) que são propriedades dos itens lexicais.¹³

¹² No entanto, para Martins, contrariamente a $\Sigma(Af)$ e $\Sigma(NEG)$ F é não V-relacionado, portanto uma posição A' para operadores. Sintagmas *qu-*, sintagmas focalizados, quantificadores e certos advérbios quando ocorrem na periferia esquerda da frase, ocupam Spec de FP. Sempre que FP é projetado a próclise é derivada, pois não contendo F traços-V não há movimento do verbo para além de AgrS (posição que termina a verificação da morfologia verbal).

(01) Quem realmente lhe deu o tiro?

(02) [FP Quem [F' F [AgrSP realmente [AgrSP [AgrS' [AgrS lhe [AgrS deu
(Martins 2002:13)

¹³ "See Déchaine and Tremblay (1998:27) for the proposal that functional categories, even null ones, always make a semantic contribution, and Zanuttini (1994:428) for the claim that languages express sentential negation via certain negative features that are present in the projection PolP. A functional category with underspecified features

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do português nos confirmam o caráter dependente da negação sentencial em relação à morfologia do verbo, pois nada, a não ser um pronome clítico, pode intervir entre a negação e o verbo. Interpretamos que o ‘não’ é a realização morfológica dos traços ininterpretáveis do núcleo funcional Σ -Neg°. E, ao considerar o comportamento dos pronomes fracos - ‘hy’ e ‘en’ (de) nos domínios negativos do PA, corroboramos a hipótese do *caráter clítico* de ‘não’ (X0).

Por outro lado, o fato de nem mesmo os pronomes fracos como ‘hy’ e ‘en(de)’ poderem se colocar entre o ‘*não*’ e o verbo comparado ao fato de os pronomes ‘clíticos’ poderem ocupar esta posição, também sugere fortemente um estatuto nuclear para os pronomes acusativos, dativos e ‘se’.

Concluimos, pois, que as ordens encontradas só podem ser derivadas devido ao caráter nuclear de ‘*não*’ e dos pronomes acusativos e dativos em face ao caráter sintagmático de ‘hy’ e ‘en(de)’. “NEG-V”, “NEG-CLV” ocorrem sempre amalgamados em português formando um complexo.

Portanto, ao concordar com esta visão, não podemos considerar que a interpolação dos constituintes do sintagma verbal entre o pronome e o verbo no PA seja igual, ou da mesma natureza, da interpolação do Servo Croata e de outras línguas germânicas que possuem pronomes objetos que podem ser considerados pronomes fracos (XP) na tipologia tripartida de Cardinaletti e Starke. Se assim fosse, esperaríamos que os pronomes acusativos, dativos e ‘se’ se comportassem como os pronomes ‘hy’ e ‘en(de)’ - não poderiam se interpor entre a negação e o verbo. As ordenações encontradas seriam: ‘*neg-verbo-cl*’ nas orações raízes e ‘*cl-(X)-neg-verbo*’ nas orações dependentes, como no Servo Croata.

Os dados da colocação pronominal nos domínios negativos também revelaram algo bastante intrigante quanto às mudanças

would not make (by itself) a semantic contribution, such as expressing a certain polarity value. On the other hand, only functional heads with specified feature values can ensure compatibility among different lexical items in a syntactic structure (therefore excluding sentences built up from unfit numerations)". (Martins, 2000:203 nota 12).

na sintaxe dos pronomes clíticos. De acordo com Namiuti (2008a) há dois momentos em que podemos enxergar mudanças na língua de Portugal e dois fenômenos envolvidos no que tradicionalmente chamamos de interpolação. Esses pontos estão bem resumidos em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006):

De um lado, a interpolação de constituintes generalizados do sintagma verbal é própria das orações dependentes, com contigüidade (C-cl). Esse fenômeno reflete a preferência do clítico por uma posição adjacente à conjunção subordinante, e é característico da gramática arcaica – e não da gramática média. Os poucos casos que se atestam nos textos até o início do século 16 são resquícios da gramática mais antiga, como efeitos da competição de gramáticas.

De outro lado, a interpolação da negação é consequência do caráter clítico da negação em relação ao verbo – e isso se aplica tanto à gramática arcaica, como à gramática média. Seu aparecimento em contextos não-dependentes e a possibilidade da não-contigüidade entre o clítico e o elemento subordinante evidenciam este caráter peculiar da negação. A propriedade clítica da negação é que teria possibilitado que este elemento continuasse a ser interpolado entre o clítico e o verbo, mesmo na gramática do Português Médio (Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:61).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLETTI, A. *Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax*. MS, University de Genève, 1990.
- CARDINALETTI, A.; ROBERTS, J. *Clause structure and X-second*. Artigo inédito, 1991.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: RIEMSDIJK, H. V. (org). *Clitics in the Languages of Europe*. WdeG, 1999.
- CHOMSKY, N. Minimalist program for linguistic inquiry. In: HALLE, K. & KEYSER, J. (orgs) *View from the building 20*. Cambridge (MA): MIT Press, 1993.
- FONTANA, J. Phonology and Syntax in the interpretation of the Tobler-Mussafia Law. In: *Approaching second. Second position clitics and related phenomena*. A. L. Halpern e A. M. (ed.) Zwicky. CSLI Publications, 1996.

- GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Annette Endruschat/Rolf Kemmler/Bárbara Schäfer-PrieB (Hrsg.). Tübingen: Calapinus Verlag, 2006. p. 45-75.
- LAKA, I. *Negation in Syntax: on the Nature of Functional Categories and Projections*. Ph. D. Dissertation. Cambridge, Massachusetts: MIT. 1990.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa. 1994.
- MARTINS, A. M. Mudança Sintática. Clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 19. Salvador: Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia, 1997.
- MARTINS, A. M. Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change. In: PINTZUK, SUSAN, GEORGE TSOULAS e ANTHONY WARNES (orgs) *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*. Oxford University Press, 2000.
- MARTINS, A. M. *Tipologia e Mudança Lingüísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol*. Artigo inédito. 2002.
- MIOTO, C. *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. Tese de Doutorado em Lingüística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- MUIDINE, S. A. *Os pronomes i e em(de) no português dos séculos XIII ao XVI*. Dissertação de Mestrado, Lisboa. 2000.
- NAMIUTI, C. *Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu*. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008a.
- MARTINS, A. M. Negação sentencial na diacronia do português: variação com estabilidade. *Revista de estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.16, nº2, p. 193-239, 2008b.
- MARTINS, A. M. Negação e diacronia: a estabilidade gramatical diante da variação superficial. In: *VI Congresso Internacional da Abralín*, 2009, João

- Pessoa. Anais do VI Congresso Internacional da Abralín. João Pessoa : ABRALIN, 2009. v. 2.
- MARTINS, A. M. *A negação sentencial no português: uma visão diacrônica*. Qualificação – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- POLLOCK, J. I. Verb Movement, UG and the Structure of IP. In: *Linguistic Inquiry* 20, 1989. p.365-424.
- RIBEIRO, I. *A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- RIVERO, M. L. Negation, imperatives and Wackernagel effects. In: *Revista di Linguistica*. 1994.
- RIVERO, M. L. On two locations for complement clitic pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish. In: ANS VAN KEMENADE AND MIGEL VICENTI (orgs) *Parameters of Morphosyntactic change*. Cambridge University Press, 1997. p 170-206.
- VALLDUVÍ, E. *The informational component*. Garland Publishing. Nova York/ Londres. 1992.
- ZANUTTINI, R. Re-examining Negative Clauses. In: CINQUE, G.; POLLOCK, J.Y.; RIZZI, L.; ZANUTTINI, R. (orgs) *Paths Towards Universal Grammar: studies in honor of Richard Kayne*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1994. p. 427-451.